

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO COMO CONSTRUTORES DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS E A RELAÇÃO COM A UNIVERSIDADE

Yolanda Zancanella

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Brasil

yolandazanca@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho aborda a relação da universidade e os movimentos sociais, o objeto de estudo é a formação superior universitária dos militantes do MST¹, acadêmicos da Unioeste². Discute-se o direito da população do campo ao acesso ao ensino superior universitário, a responsabilidade da universidade com a sociedade civil, e o papel do Estado.

Palavras-chave: Ensino Superior universitário, MST, Universidade.

Introdução

Aliada à pressão pela democratização, a crise econômica e política que figurou nas décadas de 1970 e 1980 trouxe para o cenário político os antigos e os novos personagens, a exemplo de movimentos sociais, partidos políticos, artistas, intelectuais e demais atores públicos. Com eles, o país se deparou mais uma vez com demandas econômicas,

¹ MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Sem desconsiderar a importância dos outros movimentos sociais citados no texto como responsáveis através de muita luta e perseverança, pela consolidação dos Cursos de Pedagogia para Educadores/as do Campo, elegemos o MST, por ser o mais atuante, no momento, para nos reportar a luta dos movimentos sociais do campo pela educação.

²Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

políticas, culturais e sociais, enfatizando a luta pela educação que fora minimizada no período ditatorial, com reedição da bandeira da educação pública para todos gratuita e com qualidade, conforme SADER (2001).

Nesse embate, as forças sociais foram compostas por professores e funcionários no enfrentamento com o Estado, quanto aos projetos autoritários para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

As décadas de 1980 e 1990, por sua vez, registram na educação universitária brasileira a criação de vínculos importantes com questões sociais de classes, excluídas do processo, caracterizados pela Universidade do Trabalhador, Universidade Popular, Universidade dos Movimentos Sociais e por medidas que o Programa Universidade para Todos (ProUni) – o sistema de reserva de vagas para estudantes negros, indígenas e alunos que procedem da rede pública de ensino básico – compreende.

Gohn (2008a), referindo-se ao protagonismo dos movimentos sociais no Brasil, mostra que, na década de 1990, ganhava força um sujeito sociopolítico, o MST, ao rearticular o seu papel na sociedade. Da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, são criadas as reivindicações que o Estado deve acolher mediante criação de políticas públicas ou programas que atendam a demanda, sobretudo, da formação universitária da população do campo.

Analisando esse protagonismo, verificam-se resultados significativos: mesmo que as políticas elitizantes continuassem a ser implementadas na universidade, as ações dos movimentos sociais repercutiram em experiências de lutas nesse espaço social. Em conjunto com a rearticulação de uma frente de luta ligada ao processo de reconfiguração das lutas sociais, por terra e reforma agrária no campo, o

MST buscou o acesso à Educação Superior universitária, requerendo aumento de vagas e democratização na entrada e na permanência.

Os movimentos sociais e a luta pelo direito ao acesso ao Ensino Superior universitário

Com suas variações políticas e ideológicas, o Estado tem mantido a educação nos moldes do sistema tradicional, que privilegia as classes sociais mais abastadas em detrimento do acolhimento de indivíduos mais fragilizados socialmente. Estes estão distanciados dos recursos da educação, como diferencial para argumentações e discussões concernentes aos direitos sociais como um todo, ou seja, cala-se a voz dos oprimidos pela omissão, pela ignorância e pela limitação de acesso aos seus direitos sociais.

O surgimento da luta promovida pelos movimentos sociais, em específico o MST, em prol de uma educação que contemple as especificidades da população do campo³ e que permita o acesso de seus integrantes ao ensino superior universitário já é história presente na educação nacional. Na atualidade, parte-se para outros desafios, de contornos mais aguerridos e de comprometimento coletivo.

O movimento da educação do campo levantou e expôs ao Estado os diferentes problemas vividos pela população do campo, presentes desde a iniciação na escola até a formação superior universitária.

³A população do campo se caracteriza por ter a cultura como modo de vida, pela sua relação com a produção, tempo e espaço, meio ambiente e organização da família e do trabalho como um todo associado e dinâmico.

Diante das várias situações que constituem esses problemas como a falta de escolas do campo; a crescente nucleação⁴, que afirma a precariedade daquelas escolas que ainda se mantêm e que, aos poucos, são fechadas; o insuficiente número de professores e a carência de qualificação necessária para a docência acrescenta-se a falta de um projeto político-pedagógico voltado ao modelo de vida e de vivência dos sujeitos do campo, com relação à sua realidade.

A relevância do papel dos movimentos sociais aparece na luta para a construção da educação do campo, quando protagonizam a defesa de uma educação destinada aos sujeitos que mantêm consigo valores, costumes, identidade e cultura singulares. Os resultados e ações dos movimentos sociais são sentidos nas conquistas, que se efetivam no âmbito social, político e cultural, a exemplo do aumento no número de oferta de curso superior universitário para educadores do campo.

Ao longo das lutas e sob o aspecto democrático que o Brasil constitucional determina, o MST adquire a legitimidade enquanto movimento negociador junto ao Estado, como representante da população do campo. O fortalecimento da ideia de um modelo novo para o desenvolvimento rural, encontra-se vinculado às demais transformações vividas pelo país. O destaque para o MST, nessa

⁴ A nuclearização de escolas caracteriza o fechamento de pequenas escolas do campo e o agrupamento das mesmas em uma região rural, criando-se a denominada Escola-Núcleo, uma instituição dotada de características próprias de organização e funcionamento. Essa nuclearização de escolas rurais tem por objetivo concentrar os materiais didáticos e as instalações em um local apenas, de modo a proporcionar ensino de qualidade aos alunos. Não é a nossa intenção neste texto aprofundar as questões sobre a nuclearização. Para saber mais ver OLIVEIRA, Ana Maria Vergne de Moraes. **A Nucleação de Escolas do Campo como estratégia de melhora do ensino**: esboços de compreensão. Disponível em: <www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/300>. EDSON Bareiro. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná - 1930-2005**. Maringá, 2007 – Dissertação de mestrado.

caminhada, vai além do aspecto massivo de luta; está, sobretudo, na apresentação de projetos sociais que busquem recursos públicos para o desenvolvimento da educação (STÉDILE; FERNANDES, 2005).

Dentre as estratégias do MST, encontra-se uma das mais importantes: a ampliação do conhecimento coletivo, por meio da educação; com isso, pretende fortalecer-se como movimento social e, assim, fortalecer também a base dos Sem Terra. Ao lutar pela formação superior universitária de seus integrantes, o MST fundamenta as suas estratégias de atuação.

Com a formação superior universitária de seus integrantes, em nenhum momento se esquece, nas ações e lutas do MST para a educação, da importância que o conhecimento científico institucionalizado tem, somado ao conhecimento histórico que a população do campo domina, para fortalecer as bases do MST e provocar mudanças nas escolas do campo.

No cenário dos movimentos sociais, um elemento é de incontestável importância: o caráter educativo, especialmente quando suscita questionamentos, a respeito do protagonismo nas ações pedagógicas, para a formação de um sujeito novo, dissociado do cidadão liberal burguês. Assim, se existe um projeto político-pedagógico como fundamento para essa formação organizativa e política, Gohn já havia registrado que:

Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar

discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. Ou seja, elaboram-se estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta. (GOHN, 2009, p. 19).

O interesse da sociedade pela Educação Superior universitária tem aumentado significativamente. Na história da educação vivenciada pelo MST, informações revelam dados muito significativos de evolução nas conquistas: há 300 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais estudando, entre crianças e adolescentes sem-terra, sendo 120 mil em escolas públicas; mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental e médio, ensino superior e cursos técnicos (MST, 2010).

O documento do MST (2010) informa que a formação pelo movimento é de mais de 4 mil professores, e que cerca de 10 mil professores atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos, com resultados relevantes de que mais de 100 mil sem-terra foram alfabetizados, entre crianças, jovens e adultos. A média anual é de aproximadamente 28 mil educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização.

Por meio de parcerias com as universidades públicas, cerca de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST, estudam em 50 instituições de ensino superior, havendo 100 turmas de cursos formais. São cursos técnicos de nível médio, como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia, e cursos superiores e especializações, os quais compreendem Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Ciências

Sociais, Ciências Naturais, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia e História (MST, 2010).

A universidade como instituição social e a relação com os movimentos sociais do campo

Ao falar sobre a universidade e sua função social, Valença (2009) deixa implícito que se refere à universidade pública, por considerar que todas as pessoas têm direito à educação. Quando trata da inclusão, o autor ressalta que os movimentos sociais e organizações não governamentais, também devem fazer parte desse universo inclusivo.

Segundo Valença (2009), Santos (1997) critica o isolamento da universidade em relação aos problemas da contemporaneidade. Por outro lado, afirma que no momento em que a universidade deixa de ser a procura apenas por excelência e passa a vivenciar, também, a procura da democracia e da igualdade na execução de cursos para sujeitos dos movimentos sociais, ela estará realmente cumprindo o seu papel (VALENÇA, 2009).

Pensar a universidade em seu papel social e nas ações realizadas pelo MST, em prol da formação humana, implica pensar na contribuição que cada indivíduo, em particular, e no coletivo como um todo, pode ter para o conjunto de interesses desse movimento.

Nesse contexto, o MST, sem dúvida, pode ser considerado o movimento social, de importância vital para o início do Movimento de Educação do Campo.

Destaque -setambém nessa luta, por educação, as organizações de âmbito nacional ou regional, como por exemplo, Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres

Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sindicatos e federações estaduais vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), assim como “seu” Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (vide a Marcha das Margaridas), a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de uma série de organizações de âmbito local. (MUNARIM, 2008, p. 61).

A base da educação do campo⁵ é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária⁶ (PRONERA), com sua participação nas políticas públicas voltadas para a população do campo. Foram conquistas dos movimentos sociais do campo que resultaram no desenvolvimento do Pronera no espaço público, avançando na experiência e na luta, por reivindicações acerca das demandas dos movimentos sociais nos planos de ação do Estado.

Tal busca teve como justificativa o caráter histórico da exclusão na educação nacional, que desde o seu princípio primou pela desigualdade e contemplou a elite na formação educacional, caracterizando-se desde cedo como a exclusão de uns e o privilégio de outros. São ainda visíveis as desigualdades na educação, com relação

⁵ Os meados da década de 1990 constituem o momento histórico em que começou a nascer o que estou chamando de movimento de educação do campo no Brasil. Nesse contexto, o “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma *ao Povo Brasileiro*”, lançado na ocasião do evento, podem ser considerado a certidão de nascimento desse acontecimento (MUNARIM, 2008, p. 59). Para saber mais sobre os momentos historicamente produzidos que compõem a educação do campo, ver Munarim, A. **Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. Educação (UFSM)**, Brasil, 2008.

⁶ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, foi criado em abril de 1998, com o objetivo de proporcionar educação aos jovens e adultos assentados em comunidades rurais mediante processos de Reforma Agrária.

tanto ao acesso quanto à qualidade, em diferentes níveis de escolarização e com maior ênfase no ensino superior.

Os argumentos de lutas reivindicatórias e propositivas realizadas em prol da educação para todos, pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, têm como prerrogativa a definição constitucional: educação como direito universal, de todos. Os cidadãos são iguais perante a lei, e todos são sujeitos de direitos, independentemente das características que os especifiquem ou diferenciem. Todavia, tal preceito não condiz com a realidade brasileira, permeada pela existência de desigualdades.

Entendemos como responsabilidade do Estado, promover o acesso aos direitos dos indivíduos, que compõem um determinado grupo social que tem mais dificuldades. Não basta que o Estado garanta apenas formalmente os direitos universais. Além de ter uma postura ativa na formalização de políticas públicas, que estabeleçam direitos aos excluídos, ele deve ter um posicionamento intervencionista para poder desencadear políticas específicas, para os grupos em situação desfavorável, criando condições para modificar o quadro vigente.

A evidência de que existe a condição dos excluídos no acesso ao ensino superior universitário, e, também, de que compete ao Estado modificá-la de forma substancial e concreta tem sido o vetor da luta dos movimentos sociais, que reivindicam a educação do campo sob os princípios de igualdade, valorização, respeito e identidade da população do campo.

Ao se trazer informações novas e históricas da população do campo para a universidade pública, ocorre uma mudança significativa no contexto científico, como um novo modelo de produção do conhecimento

sobre procedimentos teórico-metodológicos, que fomentam a construção emancipatória do sujeito.

Em razão do conhecimento dos movimentos sociais, quanto aos investimentos no processo formativo de âmbito escolar e extraescolar, a contribuição dos movimentos sociais, é relevante na criação de uma alternativa para as relações sociais, que se cristalizaram na universidade.

A troca de conhecimentos e a maior participação dos movimentos sociais no contexto das universidades públicas podem reverter em ganhos reais para todos os envolvidos: universidades e sujeitos dos movimentos sociais.

A universidade pública, face aos novos conhecimentos trazidos pelos movimentos sociais, depara-se com a possibilidade de transformações na instituição e no papel do conhecimento científico, a exemplo da metodologia da alternância ⁷em cursos superiores universitários para os grupos populares do campo. Essa opção favorece a exploração do ingresso em uma cultura, à organização do trabalho e da política, no relacionamento com a população do campo, privilegiando os saberes acumulados que foram sonegados, descaracterizados ao longo do

⁷A Pedagogia da Alternância é apresentada como um sistema de origem francesa da década de 1930, que visou atender os filhos de agricultores nas escolas, considerando as defasagens educacionais de ensino do meio rural e mesmo porque os jovens não manifestavam interesse pela escola tradicional, alheia às especificidades do campo. É a Pedagogia da Alternância centrada na articulação entre dois tempos educativos da alternância, quais sejam o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC). No primeiro o aluno estuda permanecendo no espaço escola em regime de internato; no seguinte, o aluno transita da escola ao seu contexto sócio-político a fim de concretizar as questões objeto de estudo no TE. Assim, no TC o aluno trabalha com as intervenções chamadas de Inserção orientada na Escola (IOE) e a Inserção Orientada na Comunidade (IOC), realizando ainda tarefas com utilização de textos próprios para estudos. A Pedagogia da Alternância é um método de ensino diferente, porquanto articula a teoria e a prática, implicando na atuação de um professor com formação específica.

tempo, como aponta a “sociologia das ausências” definida por Santos (2006).

Considerando a sociologia das ausências, disposta por Santos (2006), verificamos que ocorre uma transformação dessas ausências em presenças, quando a universidade pública e os movimentos sociais, realizam uma troca interativa da cultura e conhecimento da população do campo com o conhecimento científico e não científico.

A defesa dos movimentos sociais pela implementação de políticas públicas, específicas para o ensino superior universitário, insere conceitos como, os de socialização, sociabilidade, cultura, campo e comunidade, associados de modo permanente com a educação específica do campo, e agora se alargando pela implementação de políticas públicas para essa educação.

No cenário institucional, cabe a inserção da universidade para todos, a exemplo do que indagou Chauí (2001, p.34) – “como inserir a universidade na sociedade?” – posto que é ela uma instituição social, mas que absorve e exprime as ideias e práticas neoliberais dominantes.

Segundo Dias Sobrinho (2005), inerente à democracia, evolui a globalização, e ainda que seja um fenômeno complexo e plurirreferencial, apresenta contradições inseridas, em ideias divergentes, posturas e concepções, predominando julgamentos de que a universidade deve fomentar as transformações exigidas pela nova economia de mercado. Porém, ao aderir aos objetivos da sociedade, passa a universidade ao largo de sua função de formação, de educação e de autonomização dos sujeitos, aproximando-se da dinâmica da produção e de um pretendido controle das relações entre os indivíduos. Nesse caso, “Cabe à universidade [...] elaborar uma compreensão ampla e fundamen-

tada relativamente às finalidades e transformações da sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 165).

Assim, a universidade não é apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas, de produção e sistematização. A perspectiva teórica da universidade e educação, relaciona-se com a ideia de democratização das práticas sociais; e, nelas, das práticas educativas.

Em relação à participação social e política no interior da universidade, denota-se, nas entrelinhas da fala de Augusto⁸, quem a compreensão da dimensão e importância de formação docente, no contexto da educação do campo. A expressão grifada no depoimento reforça essa argumentação:

“[...] eu acho que o curso regular não proporciona isso para os jovens, e nos nossos cursos superiores tem essa organicidade diferente, são as equipes de trabalho, ou seja, cada equipe tem sua responsabilidade, tem as avaliações, tem que ir atrás, tem que ir em busca” (AUGUSTO).

Compreender as dimensões das políticas públicas educacionais, oferecidas aos estudantes no seu processo de construção é condição essencial e passos iniciais, para quem almeja os propósitos da educação superior universitária. A abertura para uma visão mais ampla acerca das metodologias, conteúdos e estratégias didáticas, que a universidade detém, significaria ultrapassar conceitos de uma política educacional, que se mantém, nos parâmetros ideológicos da hegemonia da educação.

A educação do campo, nas universidades, vem confirmando que a universalização da educação e a formação de educadores do campo, são

⁸Os dados são apresentados ao longo do trabalho, são denominados com nomes fictícios, para a preservação das identidades dos sujeitos.

possíveis com qualidade e acesso de todos aos níveis de ensino; portanto, com consequente aumento da escolaridade no meio rural.

Desde que os movimentos sociais do campo⁹ incluíram em suas reivindicações a educação, parcerias foram firmadas com universidades, ONGs e Estado, com resultados verificados em princípios, matrizes conceituais e práticas. Nas políticas públicas, os resultados das lutas organizadas pelo MST, são vistos em sua implantação, para garantir o cumprimento do direito de acesso universal à educação.

Diante da implementação das políticas públicas, para a educação do campo, a universidade pública recebe uma temática nova, que se robustece como área de pesquisa, ensino e extensão.

O estabelecimento da educação do campo, como um dos objetivos do MST, vem direcionando novos avanços educacionais no que concerne à formação superior universitária dos seus educadores, em cursos específicos ligados ao Movimento, como, por exemplo, o Curso de

⁹ A década de 1990 registra a realização do primeiro curso formal de magistério ligado ao Movimento Sem Terra, no Estado do Rio Grande do Sul, visando atender à necessidade do Movimento na formação de educadores. O primeiro curso de Pedagogia da Terra tem sua gênese nesta iniciativa, que foi percebida como uma experiência pelo MST e a possibilidade de caracterização de um lugar de formação de militantes da educação no Movimento, e não limitado ao trabalho direto na escola (CALDART, 2002). Em 1994 as discussões com o Setor de Educação do MST para organizar um curso superior de Pedagogia deram início às negociações para parcerias com as universidades. Em 1998 foi criada a primeira turma de Pedagogia da Terra, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, com sede em Ijuí. Na continuação, o Movimento lutou pela criação de outros cursos superiores de Pedagogia da Terra no Brasil. No Paraná, em processo iniciado no ano de 1998, as primeiras negociações se realizam com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), seguida da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sem sucesso em nenhuma das tentativas. No ano de 2001, as negociações com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) implicaram na reorganização do Projeto Político Pedagógico e, em 09 de dezembro de 2002, na sede da Unioeste em Cascavel Paraná, é aprovada a proposta de criação do curso.

Pedagogia para Educadores do Campo na Unioeste, foco deste estudo, entre outros, implantados em vários estados da Federação.

Os dados da nossa pesquisa revelaram que, atualmente, as instituições universitárias que oferecem Curso de Pedagogia para educadores do Campo/Pedagogia da Terra para a educação do campo totalizam 13 universidades em 13 estados da federação. Observa-se, ainda, maior concentração nos estados do Nordeste brasileiro, com cinco instituições. Na região Sul, são três as instituições, em dois estados: Paraná, com a Unioeste e a Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro; e Rio Grande do Sul, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No Sudeste brasileiro, são três instituições de ensino superior para a educação do campo, em três estados: Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais.

Exemplo dessa conquista é a efetivação do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo na Unioeste, materializado pela necessidade do Movimento em resgatar os saberes e conhecimentos da população do campo e inseri-los no contexto da modernidade como uma reivindicação justa e de direito social.

A primeira turma de Pedagogia para Educadores do Campo teve início em julho de 2004, e a segunda em 2009, com o objetivo de formar educadores para as séries iniciais do Ensino Fundamental e pedagogos capazes de articular processos de formação, nas famílias e comunidades do campo, na perspectiva de fortalecer os seus projetos de vida, articulados a um projeto de desenvolvimento.

Nesse sentido, a universidade é chamada à construção de uma parceria mais estreita com os movimentos sociais, objetivando a sua emancipação político-cultural. Para eles, há a expectativa de que as perspectivas filosóficas e científicas auxiliem na instrumentalização e

construção de suas práticas, visando a compreendê-las melhor, na proposta de discutir, subsidiar ações que impulsionem o desenvolvimento, sobretudo o regional.

A universidade, enquanto instituição dedicada à produção de conhecimentos, têm o compromisso de estabelecer uma relação mais estreita com a sociedade, buscando refletir sobre a situação sócio-político-cultural do espaço geográfico em que se encontra inserida e, através de ações, colocar-se mais próxima da comunidade, para que esta participe de sua prática e ação social.

Conforme Silva (2000, p.3), a universidade, voltada para as demandas da sociedade e levando em consideração os problemas desta, “reafirma, assim, seu compromisso social diante de questões que vêm exigir a redefinição de suas práticas de ensino, pesquisa e o atendimento aos apelos veiculados pelos referidos movimentos”.

Nas falas dos egressos Caio e Cristiano, é possível compreender a relação que os militantes, integrantes do MST, estabelecem com a universidade e, conseqüentemente, com o conhecimento historicamente sistematizado, que os movimentos sociais desenvolvem a luta para acessar.

“A universidade e assim no curso todo, as diversas disciplinas foram muito boas, então o conjunto de professores teve muito que nos ensinar, nós não tínhamos conhecimento, que tivemos acesso ali, e isso qualifica a nossa prática. Hoje a gente vai para a negociação com o governo e nós discutimos currículo com o governo, aqui na Secretaria de Educação, entendemos de escola, entendemos de currículo, ensino, metodologia... Então, você qualifica, porque nós assim, o Movimento desde a sua teoria da educação, desde os seus aprofundamentos busca o acesso à universidade para qualificar isso, para qualificar o próprio projeto de educação do Movimento [...], claro que sabemos que temos de

melhorar, temos de ir avançando. Mas, as disciplinas deram conta, boa carga e boas referências para a gente poder hoje fazer avançar a luta” (CAIO).

“Acho que uma das dificuldades até que a universidade conheça a proposta porque têm muitas coisas que são barradas, o nosso jeito de se organizar é diferente das outras e tem uma coisa de dizer que é muito puxado por ter essa organicidade, a visão dos outros também eles olham e dizem vocês exigem demais, mas não é faz parte é um processo educativo, não que a sala de aula não seja, é com certeza, mas, essa outra parte formativa, ajuda crescer e compreender o próprio processo da sala de aula ,para que não se sinta sou diferente e por todo esse processo formativo vai entendendo todo o processo aí você entende que não somos diferentes. Somos em poucas partes diferentes da organicidade, mas não que [...]” (CRISTIANO).

São ações concretas que se realizam, conforme o MST se expande e forma os seus atores, que passam a representarem-se como instrumentos para mudanças amplas na educação do campo e determinam, aos poucos, a acomodação dessa nova proposta, conforme descreveu Cristiano: “[...] compreender o próprio processo da sala de aula para que não se sinta: sou diferente”.

A perspectiva de uma nova visão sobre o campo, pode ser concretizada se os profissionais da educação, receberem uma formação cujo projeto de escola, também, apresente essa posição. Para que isso ocorra de modo efetivo, a formação docente deve ser contextualizada e presente no tempo e no espaço, destinada à redução das desigualdades educacionais que vigoraram até hoje.

Os avanços nas propostas educacionais dos cursos específicos para o MST, citados pelos egressos, correspondem, certamente, ao planejamento desse movimento, que luta pelo acesso à formação

universitária superior, pois confere ao militante capacidade de articular as discussões, de que necessita para posicionar-se frente ao Estado e demandar uma política educacional específica.

Artur, entrevistado para este trabalho, entende que o acesso à universidade trouxe mudanças para si, como indivíduo e como sujeito em formação, possibilitando-lhe inferir na construção crítica do contexto de seu entorno:

“A mudança, eu acredito que eu já tinha uma visão mais crítica do mundo que se tem hoje, mas, com o curso de Pedagogia, trouxe mais elementos para fazer as análises desse processo, oportunidade de estar fazendo novas leituras e aprofundar as velhas, digamos assim, para construir uma crítica mais fundamentada da vida, da sociedade e a inserção nos diversos espaços de discussões que, a partir da Pedagogia, foi possível” (ARTUR).

Para os alunos da Pedagogia para Educadores do Campo, sujeitos da pesquisa, um dos objetivos é adquirir conhecimentos, que possibilitem a emancipação social e pessoal e socializar essa formação com o coletivo do MST. No entanto, a literatura e os dados empíricos mostraram que a busca do movimento pelos cursos superiores universitários, para a formação de educadores do campo, tem ligação direta com a formação e a manutenção do MST.

A reprodução do movimento é entendida como necessária quando são considerados os elementos da práxis da educação do campo, realizada na base do movimento, e, na formação de militantes a fim, de, assegurar a sobrevivência de seus integrantes e a ampliação das lutas. Desse modo, o objetivo da formação universitária tem estreita vinculação com a obtenção de um conhecimento individual, por meio da formação, e de disseminação deste com a coletividade, a base de luta do MST.

Concluindo, entende-se que o acesso de integrantes do MST, no ensino superior universitário, tem trazido contribuições singulares a todo o complexo do movimento. Tem possibilitado aos seus membros, uma formação, que os instrumente para a discussão sobre a formatação das políticas educacionais, com o Estado, a formação como sujeitos dotados de identidade e imbuídos nos propósitos coletivos. Mas, especialmente, tem se constituído em proposta nova de reivindicação para os direitos sociais.

Considerações finais

Na investigação, é evidente, para os militantes integrantes do MST, a necessidade de formação superior universitária, como instrumento fundamental, para a melhoria das condições de sobrevivência nos acampamentos e assentamentos. Além disso, essa formação possibilita a capacidade de gerir as suas próprias vidas. Ou seja, os militantes têm clareza sobre o que a educação/formação poderá auxiliá-los também na formatação da luta pela conquista de seus objetivos mais amplos.

Compreende-se, neste estudo, que as necessidades e os interesses da população do campo exigem debruçar-se sobre uma estratégia política diferenciada, com um olhar voltado a um modelo de desenvolvimento que agregue sustentabilidade e qualidade. Assim, considera-se imprescindível que as famílias continuem suas atividades nas áreas rurais, que lhes sejam possibilitadas novas formas de produção e de sobrevivência.

Entende-se que, dentre as estratégias do MST, encontra-se uma das mais importantes: a ampliação do conhecimento coletivo por meio da educação. Com isso, o MST pretende fortalecer-se como movimento

social, e assim, também, a base dos Sem Terra. Ao lutar pela formação superior universitária de seus militantes, o MST fundamenta as suas estratégias de atuação, porque as mudanças de visão e atitudes dos graduandos/egressos passam a justificar ações como ator propositivo de novas experiências em novos e velhos ambientes.

Não está finalizada, porém, a luta pela educação do campo, se analisada a concessão feita pelas políticas públicas educacionais, para a qualidade nessa forma de educação, a partir dos cursos de Pedagogia para Educadores do Campo. O que se tem claro é o imenso caminho que se abre para que a população do campo acesse o ensino superior universitário, rumo à universalização da educação.

Referências

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, n.28, p.164-73, 2005.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JESUS, S. M. A. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político de educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

- MST. **Lutas e conquistas, reforma agrária:** por justiça social e soberania popular. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.
- MUNARIM, A. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Educação**, UFSM, v.33, n.1, 2008.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- SANTOS, B. S. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SILVA, R. C. C. **Os sem-terra e o desejo de aprender.** 2000. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2000.
- VALENÇA, M. M. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução. **Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE**, Ano 1, n.1, p.78-90, 2009.

